

Justiça declara inimputável esfaqueador de Bolsonaro

O juízo da 3ª Vara Federal de Juiz de Fora decidiu que Adélio Bispo de Oliveira, acusado de esfaquear o presidente Jair Bolsonaro (PSL) durante a campanha eleitoral de 2018, é inimputável. A decisão de deu no âmbito de incidente de insanidade mental e determina que ele não pode ser responsabilizado judicialmente por crimes. No mesmo despacho, o juiz mantém Adélio em presídio federal até o julgamento da ação penal que envolve o atentado. Luiz Vassallo, Fausto Macedo e Leonardo Augusto/Estadão Conteúdo

Dayane Pimentel rebate Wagner e defende equipe de Bolsonaro

RODRIGO DANIEL SILVA
REPÓRTER

Ao comparar o governo do presidente Jair Bolsonaro (PSL) com a gestão do ex-governador da Bahia, Jaques Wagner (PT), a deputada federal Dayane Pimentel, disse que o petista fez uma administração "não buscando eficiência, mas contemplar os cúmplices dele para gerar o caos que vemos hoje".

"O governo de Bolsonaro tem a equipe mais técnica que o país já

teve. O senador Jaques Wagner não está acostumado a isso e, por essa razão, é incapaz para julgar o que é ou não uma boa equipe. Se fosse bom gestor, o estado estaria bem em suas contas, mas temos os piores índices de segurança e educação, universidades sucateadas. Mas o caos não começou com o sucessor dele, Rui Costa, mas com o próprio Wagner, que montou as equipes dele não buscando eficiência, mas contemplar os cúmplices dele para gerar o caos que vemos hoje. Podemos ter alguns problemas no governo Bolsonaro. Os obstáculos que enfrentamos dizem respeito à rotina natural de qualquer adminis-

tração que busca acertar", declarou Dayane à **Tribuna**.

Antes desta declaração da presidente do PSL, Wagner tinha dito, em entrevista exclusiva à **Tribuna**, que Bolsonaro "não tem um projeto para o Brasil e não tem uma equipe". Também afirmou que os militares do governo têm sido o "lado ponderado e racional dentro do governo". "Ele tem razão quando afirma que a ala militar dentro do governo é ponderada. Ele só esquece de mencionar a legitimidade e a inteligência do outro lado que é formado pelos olavistas, grupo no qual eu me incluo também. O governo do presidente Jair Bolsonaro, ao contrário do

PT, não é formado por iguais; iguais nas maracutaias, iguais na perseguição ao povo, iguais na decadência cultural. Somos um grupo plural e transparente. Qualquer um que conheceu as entranhas do PT, como eu conheci, sabe que eles brigam entre si e passam uma imagem de amigos para a mídia e eleitores. Até nas relações individuais o PT é uma farsa. A ala militar tem minha total admiração e a ala olavista é o meu norteador. Um governo forte e preparado para qualquer circunstância", disse a deputada federal.

Wagner descartou apoiar um eventual pedido de impeachment de Bolsonaro, apesar de críticas ao presi-



A DEPUTADA federal Dayane Pimentel rebateu críticas de Jaques Wagner ao governo e defendeu a equipe do presidente Jair Bolsonaro

dente. Para Dayane, o petista afirmou que não apoiaria o impedimento porque sabe que "não há a menor possibilidade disto acontecer". "O presidente Bolsonaro governa para o povo e com o povo. O senador não consegue conviver com isso porque o novo governo frustra todos os planos de corrupção, enganação e doutrinação que esse país já teve. O presidente Bolsonaro não sofrerá impeachment porque ele não é ladrão, não roubou e não deixa roubar.

A ex-presidente Dilma sofreu o impeachment porque cometeu crime de responsabilidade, porque efetuou gastos irresponsavelmente além do previsto no orçamento. Ou seja, 'pedalou'. O processo foi acompanhado pelo Supremo e foi visto, sem margens para dúvidas, que foi legal. Os petistas querem insistir na tese de que foi 'golpe', pois acreditam piamente que uma mentira repetida inúmeras vezes torna-se verdade. Mas as pessoas não são bobas", pontuou.

Senadores falam em manter Coaf com Sergio Moro



O LÍDER do PP, senador Esperidião Amin (SC), disse que Moro é uma figura ligada diretamente ao combate à corrupção sistêmica no Brasil

KARINE MELO
AGÊNCIA BRASIL

Ainda é incerto no Senado o resultado da votação do projeto de lei de conversão da MP 870, que trata da reforma administrativa do governo federal. O assunto, que é a prioridade do plenário na sessão deliberativa de hoje, é também alvo de disputa entre a Câmara e o Senado. O motivo tem a ver com o destino do Conselho de Controle de Atividades Financeiras - Coaf. Sob o argumento de fortalecer o órgão, o texto original da medida provisória (MP) proposta pelo governo transferia o Coaf do Ministério da

Economia para a pasta da Justiça, comandada por Sergio Moro, mas os deputados decidiram que o órgão deve mesmo voltar para o controle do ministro Paulo Guedes, da Economia.

Em meio à polêmica instalada sobre o tema, o governo teme que a MP não seja votada até 3 de junho e perca a validade. Na última quinta-feira, durante uma transmissão ao vivo pelo Facebook, o presidente Jair Bolsonaro sinalizou que, para garantir a aprovação da reforma administrativa a tempo, abriria mão do Coaf com Moro.

"No meu entender, [o Senado] deve aprovar o que foi votado na Câmara, e va-

mos seguir em pautas mais importantes", declarou o presidente, em referência à decisão dos deputados. Mas, no Senado, sobretudo após as manifestações populares de ontem (26), a avaliação de um grupo de senadores é de que o Coaf, sob a responsabilidade de Moro, é um anseio dos brasileiros. "Eu vejo como fundamental para o projeto Bolsonaro que se elegeu em cima de duas bandeiras: combate à criminalidade e combate à corrupção", disse o líder do PSL no Senado, Major Olímpio (SP), acrescentando que desistir da medida seria um "tiro no pé do governo".

Olímpio ressaltou que

as negociações continuam até a hora da votação. O senador acredita ainda que a permanência do Coaf com Moro terá o apoio de cerca de 44 dos 81 senadores, três votos a mais que o mínimo necessário. Na mesma linha, o líder do PP, senador Esperidião Amin (SC), disse ontem que Moro é uma figura ligada diretamente ao combate à corrupção sistêmica no Brasil, com "reconhecimento mundial" em função do trabalho que desempenhou na Lava Jato. "Temos tempo. Se o Senado votar amanhã, a Câmara analisa na quarta. Temos tempo, a Câmara sempre manda matérias em cima da hora para o Senado", disse.

Por segurança, STF não divulgará com antecedência agenda de Toffoli

FELIPE PONTES
AGÊNCIA BRASIL

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu não mais divulgar com antecedência todos os compromissos na agenda do presidente da Corte, ministro Dias Toffoli. O motivo da medida seriam os riscos à sua segurança.

Ontem, pela manhã, o ministro foi a um seminário

sobre a Lei de Proteção de Dados, no Superior Tribunal de Justiça (STJ), mas sua presença só foi divulgada após ele ter discursado no evento, mesmo procedimento que já havia ocorrido na semana passada. Segundo informações de assessores do Supremo, a medida está inserida no esforço para blindar a segurança dos ministros da Corte, que têm sido alvo constante de

ameaças nas redes sociais, por exemplo.

Outra medida é a compra de novos carros blindados, além das já tomadas anteriormente, como a abertura de um inquérito de ofício (sem provocação externa) para apurar tais ameaças, cujo relator é o ministro Alexandre de Moraes.

Para ilustrar o risco ao qual os ministros estariam



expostos, foi citado por um assessor um tomate jogado

O STF decidiu não mais divulgar com antecedência todos os compromissos na agenda do presidente da Corte, ministro Dias Toffoli

no ministro Ricardo Lewandowski na última sex-

ta-feira (24), na saída de um evento em São Paulo.

Questionado pela Agência Brasil sobre a informação, o STF disse que a segurança é o fator que define "o melhor momento de publicação de compromissos ao longo do dia". "Importante destacar que a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527) ou qualquer outro normativo não impõe prazo e/ou horário para a divulgação da agenda da autoridade", acrescentou a assessora da presidência do STF.

PONTO DE VISTA

Luiz Holanda

A voz das ruas

Depois de décadas de silêncio diante da criminalidade como um modo de ser de nossa administração pública, o povo começa a esboçar uma reação contra esse estado de coisa, principalmente contra a impunidade existente em todos os órgãos e poderes da nação. A tática é o cerceamento da liberdade de manifestação e de expressão, além de impedir a imprensa de uma atuação livre e independente.

Surpreendidas pela espontaneidade do movimento

popular de apoio às reformas, a chamada esquerda decadente e os petistas que gravitam em torno do projeto "Lula Livre", sequer tiveram a ousadia de enfrentar o povo durante as manifestações do último domingo, pois nenhum político oportunista ousou assumir essa tarefa. E o pior é que a reação popular inaugurada no domingo começa a dar sinais que pode continuar.

As vaias recebidas pelo deputado Rodrigo Maia e pelo pessoal do Centrão demonstraram que eles não enganam mais ninguém. O

significado dessas manifestações, mutatis mutandis, é a mesma que se verifica na interpretação do quadro do norueguês Edvard Munch, em "O Grito", ou seja, a angústia e a dor da população diante de tanta corrupção, impunidade, nepotismo, autoritarismo, fome e miséria. O grito das ruas nada mais foi ou será senão a ressurreição da cidadania perdida durante anos de silêncio.

Carregadas de simbolismo e apoiada por grupos e movimentos sociais comprometidos com a causa dos excluídos, essas manifestações começam a dar sinais de que o povo não aceita mais, pacificamente, esse modelo econômico que causa o desemprego, fome, mi-

séria e a falta de esperança de milhões de brasileiros. E os poucos que tentaram tumultuar as manifestações representam a esquerda sem emprego, desocupada, corrupta, exploradora e anarquista, sempre disposta a transformar uma manifestação pacífica em violenta. A marca registrada dessas manifestações de domingo passado sua realização pacífica e as frases constantes dos cartazes atacando os políticos de todos os partidos e o próprio Judiciário (leia-se o Supremo Tribunal Federal).

Aliás, a velha política imagina que, apesar das manifestações, nada vai acontecer. Pode até ser que, realmente, nada aconteça, mas, pelo andar da procis-

são, tudo pode acontecer.. Os militares estão apenas observando a reação do povo para uma tomada de posição. Nossa Constituição não diz que para haver uma intervenção militar no país o povo precisa ir às ruas pedindo. Se os militares resolverem tomar o poder, não haverá ninguém capaz de impedir que isso aconteça.

Se um golpe ocorrer, podem ter certeza que nem Deus o deterá. Do mesmo modo, se qualquer magistrado se insurgir, o poder da força será total e dominante.

É bem provável que uma intervenção não tenha ainda ocorrido por estratégia política dos próprios militares. Além disso, eles, hoje, são outros. Cursaram universidades de alto nível, estudan-

do armas, táticas e conflitos no tempo e no espaço que os anteriores jamais o fizeram. Estamos interligados eletronicamente por toda parte e a criptografia atingiu níveis absurdos. O sistema de informação de hoje favorece os militares.

É bem possível que se nada for feito e o judiciário não fizer o seu trabalho de forma a impedir a impunidade que crassa no país, pode haver uma intervenção militar com apoio do povo e da própria Constituição. Se quiserem evitar isso, basta apenas ouvir a voz que vem das ruas. Ela está simplesmente dizendo o que a nação está sentindo. Quem viver, verá.

Luiz Holanda é advogado e professor universitário.

AVISOS DE LICITAÇÃO Tomada de Preço N.º 004-2019

O município de Barra do Mendes, Bahia, comunica aos interessados que realizará Processo Licitatório na modalidade de TOMADA DE PREÇO, tipo menor preço, tendo como objeto a Construção de quadras poliesportivas simples em Povoados do município de Barra do Mendes-Ba, conforme convênio com a CEF, nas quantidades e especificações contidas no Edital e seus anexos. Abertura às 09:00 h do dia 12 de junho de 2019. Informações na sede da Prefeitura Municipal de Barra do Mendes, das 08:00 às 12:00 h, tel (74)3654-1109/1189. Barra do Mendes - BA, em 27 de Maio de 2019. Regina Gomes de Sousa- Presidente da CPL. **Pregão Presencial N.º 010-2019**. OBJETO: Elaboração do Plano de desenvolvimento territorial do turismo de Barra do Mendes conforme especificações no anexo I, do Edital. Certame dia 07/06/2019 às 09:00h. O Edital poderá ser adquirido na sede da Prefeitura Municipal de Barra do Mendes, das 08:00 às 12:00h. Barra do Mendes/Ba, 27 de maio de 2019. Edésio Micalê Szervinskis Mendonça - Pregoeiro.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA - UEMS

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 010/2019 - UEMS - BB N.º 767453

Abertura: 11/06/2019 às 10:00h (Horário de Brasília) Objeto: **Prestação de serviços de manutenção, com reposição eventual de peças, em aparelhos/equipamentos odontológicos.** Família: 04.52. Site: www.licitacoes-e.com.br. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos através dos sites www.comprasnet.ba.gov.br e www.licitacoes-e.com.br. Os interessados poderão entrar em contato através do email licitacao@uemf.br, telefone: (75) 3161-8346 / 3161-8378 ou presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 17:30h no endereço: Avenida Transnordestina, s/n - Campus Universitário - Bairro Novo Horizonte, Feira de Santana/BA. Feira de Santana-Ba, 24/05/2019 - Lida Helena Costa Souza - Pregoeira Oficial.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ - UESC

AVISO DE LICITAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO (PE) 065/2019

PE N.º PE 065/2019. Fornecimento de Combustível Através de Rede de Posto Credenciados para abastecimento de equipamentos e Máquina da UESC. Patrimônio Líquido R\$ 37.000,00. ID B. BRASIL 768731. DATA: 11/06/2019 às 09:00H. Os interessados poderão obter informações e, ou o Edital e seus anexos no Campus Prof. Soane Nazaré de Andrade, Km 16 da Rodovia Ilhéus/Itabuna, Ilhéus (BA), na sala do Setor de Licitação SELIC, no 3º andar da Torre Administrativa da UESC, ou através do site: www.licitacoes-e.com.br ou, pelo site www.comprasnet.ba.gov.br ou ainda no site da uesc www.uesc.br/proad Informações pelo (73) 3680-5056, no horário de 08:00 às 16:00 horas. Ilhéus, 27 de maio de 2019. Emanuel Francisco Neto. Pregoeiro Oficial.